

30º Encontro Anual da ANPOCS

GT11 - Mídia, política e opinião pública

Malco Camargos (PUC MG/IUPERJ)

***Economia e eleições na América Latina: refinando a teoria do
Voto Econômico***

América Latina revisitada – refinando a teoria do Voto Econômico

A teoria do voto econômico tal como apresentada nos trabalhos seminais, trata todos os eleitores da mesma forma. Segundo eles, os eleitores vão sempre agir como juizes independentes das situações institucionais ou econômicas sob as quais estejam vivendo.

A partir dos trabalhos seminais a teoria do voto econômico é demonstrado que a relação entre economia e voto não é uma constante. Ou seja, são necessárias algumas circunstâncias específicas para que essa relação seja de maior ou menor intensidade.

Neste artigo faremos o teste da relação direta entre economia e voto, testaremos as hipóteses de clareza de responsabilidade e, também, as diferenças do comportamento do eleitor no que se refere à sua capacidade de punir ou premiar ou governante dependendo do seu desempenho na economia.

Antes de tratar dos testes explicativos, descreveremos os contextos político, institucional e econômico na América Latina.

Dos 22 países que convencionalmente estão incluídos na região América Latina, analisamos 18 deles. Foram excluídos apenas Cuba, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Esta exclusão deve-se à ausência de eleições nestes países no período analisado. Dos dezoito países, analisamos um total de 62 eleições presidenciais ocorridas entre os anos 1980 e 2000. A distribuição de eleições por país no período analisado ficou assim composta: seis na República Dominicana, cinco na Colômbia, Costa Rica, Equador e Venezuela; quatro na Bolívia, Honduras e Peru; três nos casos de Argentina, El Salvador, Guatemala, México e Uruguai; duas no Brasil, Chile, Panamá e Paraguai; e apenas uma na Nicarágua (Ver Figura 5).

Figura 5 - Mapa - Número de eleições por país



Variáveis Eleitorais

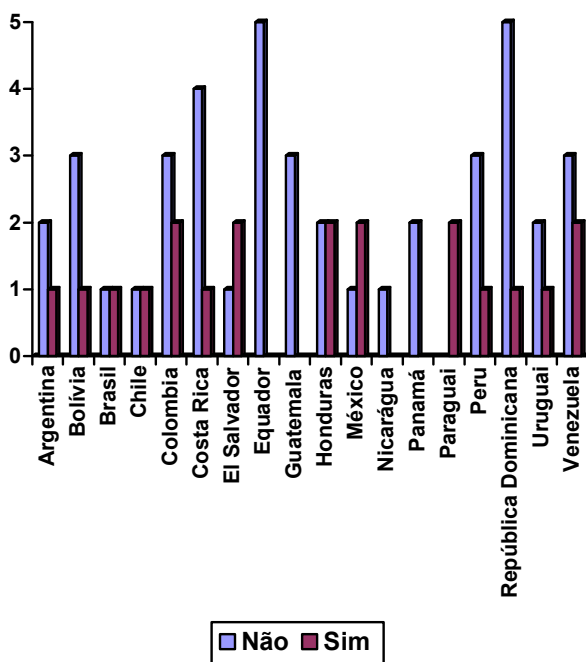
Nosso principal objetivo é explicitar a lógica de premiação ou punição do eleitor ao governante de acordo com o seu desempenho na economia.

Para construção de nossa variável dependente será necessário primeiro expor algumas das características das eleições ocorridas na América Latina no período analisado.

1. Número de Reeleições do Partido Mandatário

A primeira característica apresentada é o número de reeleições do partido mandatário. Esta característica está relacionada com a volatilidade eleitoral e é discutida como sendo atípica na região, sendo bem maiores do que em outras regiões do Globo. Segundo Remmer (1991) e Roberts e Wibbels (1999) a volatilidade eleitoral na América Latina é tida como alta e suas causas estão relacionadas, principalmente, com a ocorrência de crises econômicas em épocas pré-eleitorais, com a novidade da maioria dos regimes democráticos na região e, ainda, com uma estrutura fluida de clivagens de classe. Mesmo com a alta volatilidade, os níveis de reeleição do partido mandatário não são pequenos: com exceção do Equador, Guatemala, Nicarágua e Panamá, em todos os outros 14 países, pelo menos um partido manteve o controle do executivo por dois mandatos consecutivos.

Figura 6 - Gráfico - Reeleição do Partido Mandatário



A participação eleitoral em cada país varia bastante, apesar de praticamente todos os países terem o voto como sendo compulsório¹. Com exceção dos eleitores da Colômbia, todos os os eleitores residentes em países latino americanos são obrigados a votar² (Ver Figura 7). O país com maior média de participação é o Uruguai e as menores participações estão na Colômbia, El Salvador e Costa Rica.

Figura 7 - Tabela - Participação eleitoral por país – Número de eleições, mínima, máxima, média e desvio padrão

País	N	Mínimo (%)	Máximo (%)	Média (%)	Desvio Padrão
Argentina	3	79,79	82,55	81,22	1,38
Bolívia	4	45,69	57,00	50,96	5,70
Brasil	2	73,71	75,47	74,59	1,24
Chile	2	72,87	82,95	77,91	7,13
Colômbia	5	26,05	43,43	36,58	7,99
Costa Rica	5	61,55	79,02	73,27	6,97
El Salvador	3	34,95	46,11	39,53	5,84
Equador	5	57,37	69,17	65,20	4,91
Guatemala	3	35,77	44,07	40,93	4,51
Honduras	4	67,85	81,99	74,67	7,15
México	3	45,20	69,58	59,05	12,52
Nicarágua	1	75,95	75,95	75,95	,
Panamá	2	71,19	75,54	73,37	3,08
Paraguai	2	49,23	59,23	54,23	7,07
Peru	4	64,74	76,50	70,02	5,65
República Dominicana	4	40,51	62,78	53,56	10,66
Uruguai	3	93,84	96,91	95,55	1,56
Venezuela	5	45,74	81,85	61,11	17,35

Fonte: Observatorio Electoral Latinoamericano

2. Percentual de Votos Válidos Obtidos pelo Partido Vencedor no Primeiro Turno

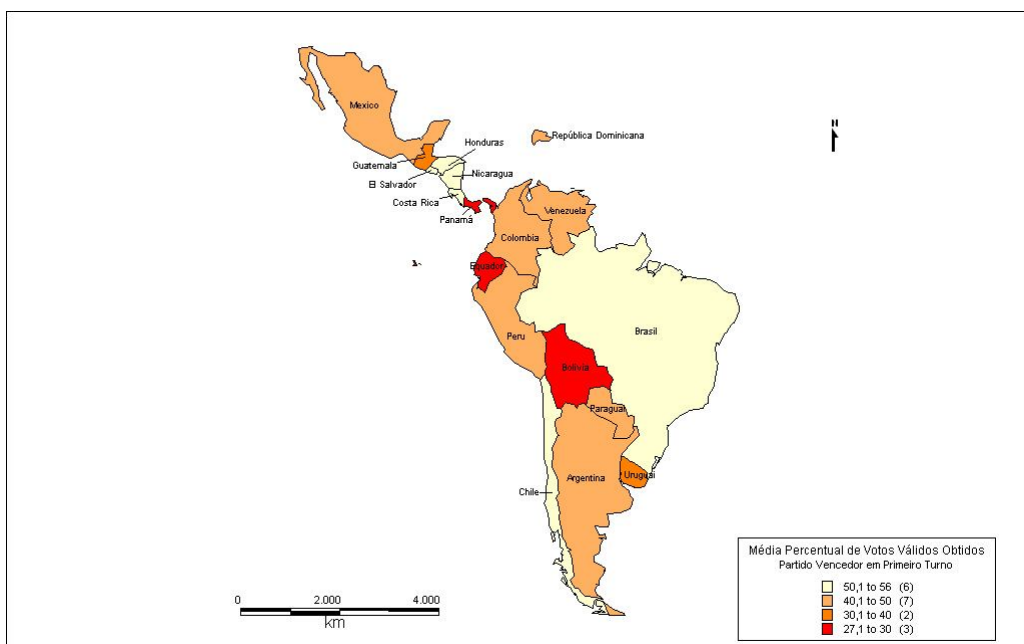
Outra variável necessária para a compreensão do comportamento do eleitor latino americano é o percentual de votos válidos obtidos pelo partido vencedor no primeiro turno. Esta informação será necessária para verificar uma possível associação entre a variável em pauta e o percentual de votos válidos obtidos pelo partido mandatário. A eventual associação entre estas duas variáveis demonstrará o peso do mandatário no processo eleitoral.

Nos países analisados destacam-se as maiores vitórias ocorridas no Brasil, Chile, Costa Rica, El Salvador, Honduras e Nicarágua e as menores margens na Bolívia e Equador.

¹ Para uma discussão a respeito do porquê os indivíduos votam ver FIGUEIREDO, M (1991) *A Decisão do Voto*. São Paulo, Ed. Sumaré.

² Ver SANTOS, W G.(2002) *Votos e Partidos Almanaque de Dados Eleitorais: Brasil e Outros Países*. Rio de Janeiro. FGV.

Figura 8 – Mapa – Média do percentual de votos válidos obtidos pelo partido vencedor no primeiro turno



Fonte: Observatorio Electoral Latinoamericano

3. Votos Obtidos pelo Mandatário

Outra informação importante em relação ao histórico eleitoral dos países é saber o quanto um partido que está no poder tem de apoio eleitoral nas urnas. É a partir da contagem de quantos votos o partido do governo recebeu em cada eleição que poderemos verificar como o eleitorado puniu ou premiou, nas urnas, o candidato mandatário.

Figura 9 - Tabela - Percentual de votos do mandatário - Número de eleições, mínima, máxima, média e desvio padrão

País	N	Mínimo (%)	Máximo (%)	Média (%)	Desvio Padrão
Argentina	3	32,44	49,80	40,11	8,85
Bolívia	4	15,66	35,56	23,67	8,91
Brasil	2	0,61	53,07	26,84	37,09
Chile	2	0,00	57,98	28,99	41,00
Colômbia	5	35,18	48,81	41,34	5,91
Costa Rica	5	33,64	52,34	45,10	6,99
El Salvador	3	36,50	51,94	45,82	8,20
Equador	5	0,00	14,72	7,34	7,10
Guatemala	3	0,00	30,32	15,94	15,22
Honduras	4	42,97	52,62	47,73	4,80
México	3	36,88	50,74	45,92	7,83
Nicarágua	1	0,00	0,00	0,00	,
Panamá	2	17,32	31,57	24,45	10,08

Paraguai	2	41,63	55,35	48,49	9,70
Peru	4	0,00	64,42	23,54	28,82
República Dominicana	6	13,12	46,19	27,47	12,64
Uruguai	3	30,29	32,78	31,43	1,26
Venezuela	5	0,00	52,91	31,63	21,17

Fonte: Observatorio Electoral Latinoamericano

Ao analisar essas informações, o primeiro fator que vale a pena destacar é: em seis eleições, em diferentes países, o partido mandatário não lançou candidatos à sucessão de sua administração. Esse fato se deu no Chile, Equador, Guatemala, Nicarágua, Peru e Venezuela.

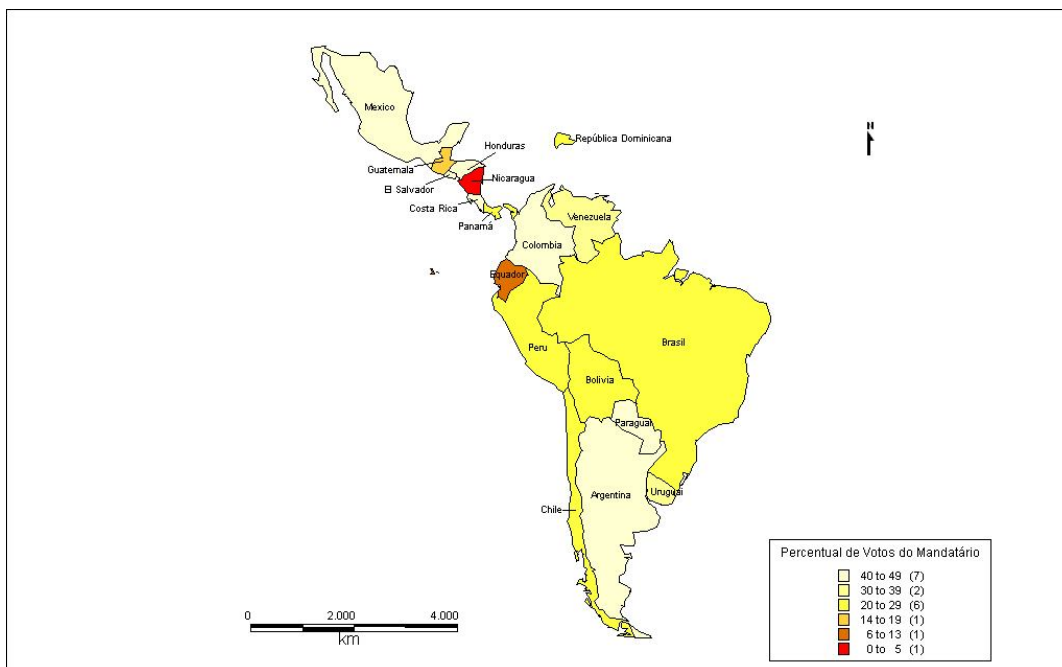
O segundo fator a ser considerado diz respeito às diferenças na amplitude do apoio. Os eleitores que mais deram apoio aos mandatários foram os da Argentina, da Colômbia, da Costa Rica, de El Salvador, de Honduras, do México e do Paraguai. Já os mandatários que tiveram os menores apoios dos eleitores foram os do Brasil (1994), do Peru (1985) e do Equador (1992)³ ⁴.

Comparando o histórico médio de apoio ao mandatário, verificamos que os eleitores que dão mais apoio aos mandatários residem na Argentina, no Paraguai, no México, na Colômbia e em Honduras, todos com médias superiores a 40%. Verificou-se, também, que os eleitores que menos apoiaram seus mandatários no final de sua gestão foram os do Equador, da Nicarágua e da Guatemala.

Figura 10 – Mapa – Média do percentual de votos do mandatário

³ No Panamá, em 1989, o vencedor das eleições foi uma coligação de quatro partidos chamada Alianza Democrática de Oposición Civilista (ADOC) composta pelos (PLA, MOLIRENA, PDC). Para efeito de cálculo do voto do mandatário na eleição subsequente utilizamos a proporção de cada um dos partidos que concorreram em separado: PLA (4,11%), MOLIRENA (10,82%) e PDC (2,39%).

⁴ O teste da distância de Cook, afere a variação dos resíduos de todas as observações, quando um cálculo é excluído do cálculo dos coeficientes da regressão. Em nosso caso o teste indicou os seguintes pontos influentes: Brasil (1994), Panamá (1994) e Peru (1995). Para aprimorar o modelo optamos por excluir estes casos da análise)



Fonte: Observatorio Electoral Latinoamericano

A decisão de se lançar ou não um candidato à sucessão presidencial passa por questões da sobrevivência do partido e das chances eleitorais de vitória do candidato. Assumimos que, a princípio, todo partido quer perpetuar-se no poder. Porém, como observamos anteriormente, das 62 eleições analisadas, em seis delas o partido mandatário não lançou candidato. Esse fato tem um impacto direto na nossa variável dependente. Se quisermos relacionar a decisão do eleitor com o fato dele decidir sua escolha a partir dos resultados macro econômicos, ele terá que ter direito de avaliar retrospectivamente o candidato da situação e definir seu voto. Nos casos em que o partido da situação não lança candidato, a escolha das elites políticas foi realizada antes da escolha do eleitor, como estamos analisando o comportamento do eleitorado de maneira agregada, escolhas anteriores não constaram em nossa análise.

A análise das correlações apresentada na Figura 14, nos mostra que há correlação de 0.461 com significância de 0.01 entre a proporção de votos do partido vencedor e a proporção de votos do mandatário. Além disso, a proporção de votos do mandatário também está correlacionada com a proporção de votos do mandatário quando este foi eleito (t-1). Essas associações demonstram a maior chance de reeleição do partido mandatário do que de qualquer outro partido que dispute o pleito. Esse argumento reforça a duas teses clássicas da literatura segundo as quais o eleitor age como um juiz punindo e premiando os governantes e, também, que o voto em um partido está diretamente relacionado com seu apoio na eleição anterior.

Outro destaque a se fazer é que não há correlação da variável participação eleitoral com qualquer outra variável relativa aos resultados eleitorais. Sendo assim ela não será utilizada em nossas próximas análises.

Figura 11 - Tabela – Matriz de correlação das variáveis eleitorais

		Participação eleitoral %	Proporção de votos vencedor	Proporção votos mandatário t1	Proporção votos mandatário t_1
Participação eleitoral %	Pearson Correlation	1	,106	-,005	,043
	Sig. (2-tailed)	.	,419	,970	,747
	N	60	60	60	60
Proporção de votos vencedor	Pearson Correlation	,106	1	,461(**)	,408(**)
	Sig. (2-tailed)	,419	.	,000	,001
	N	60	62	62	62
Proporção votos mandatário t1	Pearson Correlation	-,005	,461(**)	1	,398(**)
	Sig. (2-tailed)	,970	,000	.	,001
	N	60	62	62	62
Proporção votos mandatário t_1	Pearson Correlation	,043	,408(**)	,398(**)	1
	Sig. (2-tailed)	,747	,001	,001	.
	N	60	62	62	62

** Correlação é significativa ao nível de 0.01 (2-tailed).

Essas constatações ajudam a definir nossa variável dependente. Para sua construção calculamos a proporção de votos do partido do mandatário em cada eleição. No entanto, a simples porcentagem de votos do mandatário esconde outros fatores institucionais. Esta porcentagem é restringida por regras eleitorais como, por exemplo, a possibilidade de eleição por pluralidade e não por maioria. O que tende a reduzir a porcentagem média com que se ganha a eleição no país por razões imediatamente óbvias. Por outro lado, o número de turnos também altera a porcentagem média com que se ganha a eleição em um país. Em eleições de turno único é reduzido o incentivo a que um pequeno partido concorra sozinho, por isso, há uma tendência para que os partidos entrem em coalizão, o que tende a elevar a porcentagem média do vencedor. Enquanto que em países onde há dois turnos muitos partidos tendem a concorrer isolados no primeiro turno e se coligar no segundo turno com os dois partidos vencedores, desta forma, o percentual médio do vencedor tende a ser mais baixo no primeiro turno.

Uma forma de contornar este problema é usar como variável explicativa o desempenho eleitoral do mandatário na eleição anterior. A inserção desta variável nos modelos de análise tem várias vantagens. Por um lado, ela controla as diferenças do sistema eleitoral de cada país em nível percentual. Não importa se as características institucionais de um país tendem a elevar ou reduzir o percentual médio do vencedor, esta diferença estará presente nas duas eleições. Por outro lado, a diferença do percentual de votos controla as idiosincrasias do partido/candidato. Sejam quais forem às características específicas do mandatário, ele é comparado com ele mesmo. Se seu desempenho econômico durante o mandato foi positivo, ele será premiado em votos, se tiver sido negativo ele será punido.

Diferenças institucionais: a clareza de responsabilidade

Vale destacar que, apesar de todos os países analisados serem presidencialistas e que a maioria deles teve, nos últimos 30 anos, a suspensão do regime democrático, o desenho institucional de cada um possui diferenças significativas.

Essas variações, conforme apontado no Capítulo 3, podem ser determinantes na atribuição de responsabilidade, por parte do eleitorado, ao Presidente da República pela condução do governo e pelas conseqüências, seus sucessos e fracassos, da performance econômica de cada país.

A primeira dessas diferenças que consideramos é a possibilidade, ou não, de emissão de decretos ou medidas provisórias por parte do chefe do executivo. O uso deste artifício constitucional permite ao presidente implementar políticas públicas a revelia do legislativo.

Quanto à possibilidade do Presidente emitir decretos e medidas provisórias, dentre os países que lançam mão deste artifício estão: Argentina, Brasil, Colômbia, El Salvador, Equador e Peru. Já os países que não oferecem essa possibilidade são: Guatemala, Uruguai, Bolívia, Honduras, Costa Rica, Venezuela e República Dominicana.

Figura 12 - Quadro - Possibilidade de o Presidente emitir Decreto e Medida Provisória

Sim	Não
Argentina	Guatemala
Brasil	Uruguai
Colombia	Bolívia
El Salvador	Honduras
Equador	Costa Rica
Peru	Venezuela
	República Dominicana

Outro fator analisado é o poder de veto do presidente. Essa característica institucional é quase uma constante e, por isso, não será por nós levada em consideração. Verificamos que dos dezoito países analisados apenas no Peru o chefe do executivo tem poder de veto total, em todos os outros países o poder de veto do presidente é parcial.

Figura 13 - Quadro - Poder de veto do Presidente

Parcial	Total
Argentina	Peru
Bolívia	
Brasil	
Chile	
Colômbia	
Costa Rica	

El Salvador
Equador
Guatemala
Honduras
México
Nicarágua
Panamá
República Dominicana
Uruguai
Venezuela

A terceira variável política analisada é contextual, ou seja, varia de eleição para eleição e de país para país: a base de apoio parlamentar do presidente. A capacidade de formação de maioria é um dos principais fatores de garantia ao executivo de sua liberdade de implementação de políticas públicas.

Nosso pressuposto aqui é que governos de minoria – que tem dificuldades de aprovar suas políticas no legislativo –, devem ser menos responsabilizados pelos resultados de seu governo. Um governo de minoria pode sempre evocar que, se tivesse melhores condições de aprovar sua agenda de trabalho, os resultados seriam diferentes.

Nas 54 eleições analisadas a coalizão do chefe do executivo teve maioria parlamentar em 27 e, em outras 27, a coalizão do presidente não obteve 50% +1 das cadeiras na Câmara Baixa.

Figura 14 - Tabela – Coalizão do presidente possui maioria por país

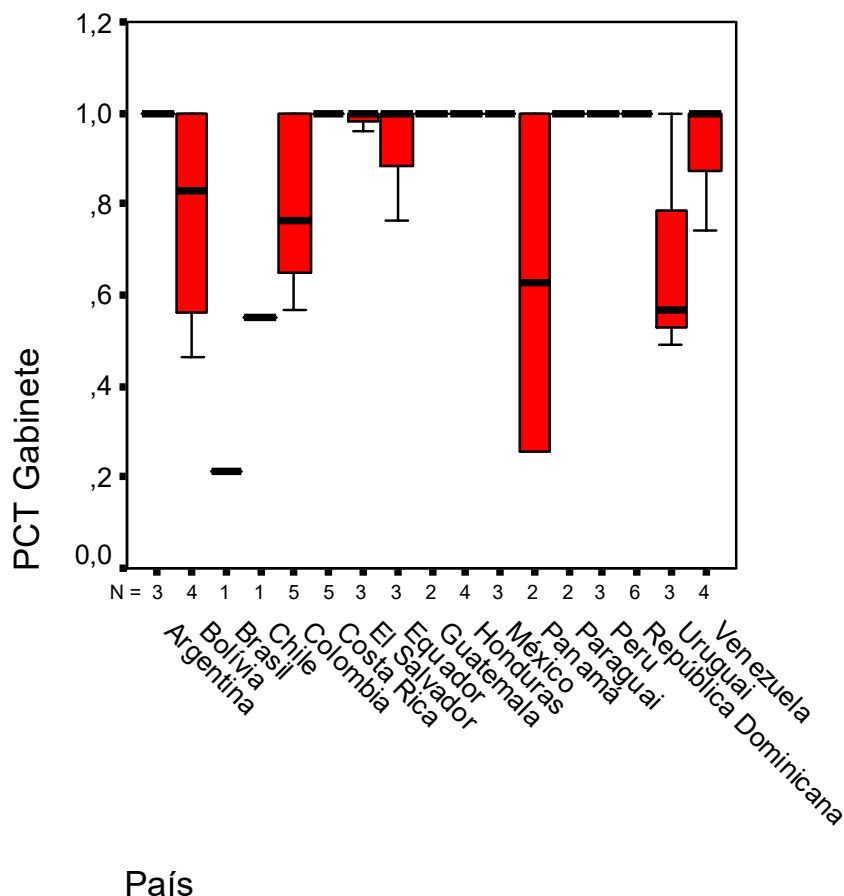
	Não	Sim	Total
Argentina	2	1	3
Bolívia	2	2	4
Brasil	0	1	1
Chile	0	1	1
Colombia	2	3	5
Costa Rica	2	3	5
El Salvador	3	0	3
Equador	3	0	3
Guatemala	0	2	2
Honduras	0	4	4
México	1	2	3
Nicarágua	2	0	2
Panamá	1	1	2
Peru	1	2	3
República Dominicana	4	2	6
Uruguai	1	2	3
Venezuela	3	1	4
Total	27	27	54

Outro fator contextual que é fundamental para definição de quão responsável é o presidente pelos resultados de seu governo é a força do partido do presidente dentro da coalizão de governo. É plausível supor que quando o partido do presidente tem maioria sozinho ele deve ser mais responsabilizado pelos eleitores. Por outro lado, quando o partido do presidente divide com outros partidos a responsabilidade pela condução do governo, a responsabilidade do partido do presidente diminui. Além disso, os eleitores

podem premiar ou punir qualquer partido da coalizão que eles consideram como o responsável pelo sucesso ou fracasso do governo.

Para o cálculo da força do partido do presidente na coalizão, dividimos o número de cadeiras do partido do presidente na Câmara pelo número de cadeiras comandadas por partidos da coligação do presidente. Esse construto dimensionará qual é a dependência do partido do Presidente em relação aos outros partidos da coligação. O resultado se encontra no gráfico abaixo.

Figura 15 - Gráfico – Proporção da Coalizão na formação da maioria na Câmara por país



Tal como podemos observar na maioria dos países, a mediana é 1, mostrando um baixo grau de dependência dos partidos no poder de outros partidos da coalizão. No que se refere ao baixo grau de dependência dos chefes do executivo a sua coalizão de governo. As maiores dependências ocorrem no Brasil, Panamá, Chile e Uruguai respectivamente.

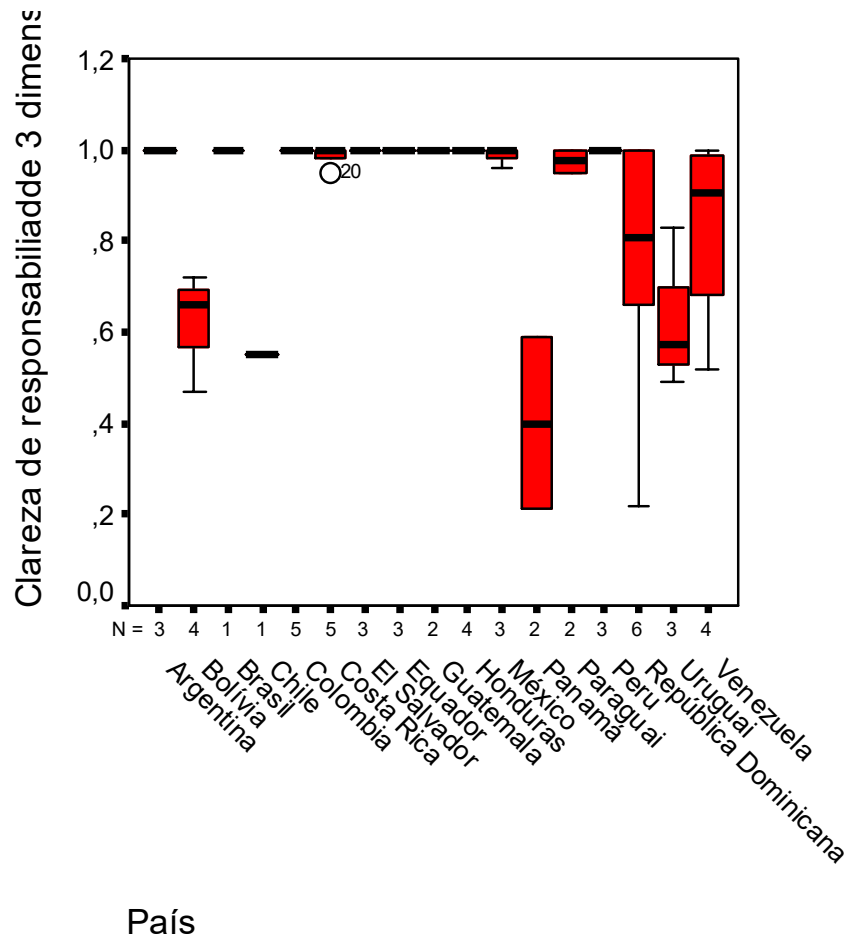
Para a construção do indicador de Clareza de Responsabilidade partimos das análises realizadas por Lewis-Beck (1998) e Powell e Whitten (1993), segundo as quais o indicador de clareza de responsabilidade deveria mensurar as influências de arranjos institucionais sobre o voto econômico considerando: 1) governos de maioria ou minorias; 2) força do legislativo; e 3) coesão partidária.

Nesta linha inserimos três dimensões:

- Poder do presidente de emitir decreto ou medida provisória;

- Força do partido do presidente: Peso na Coalizão;
- Coalizão do mandatário possui maioria na Câmara.

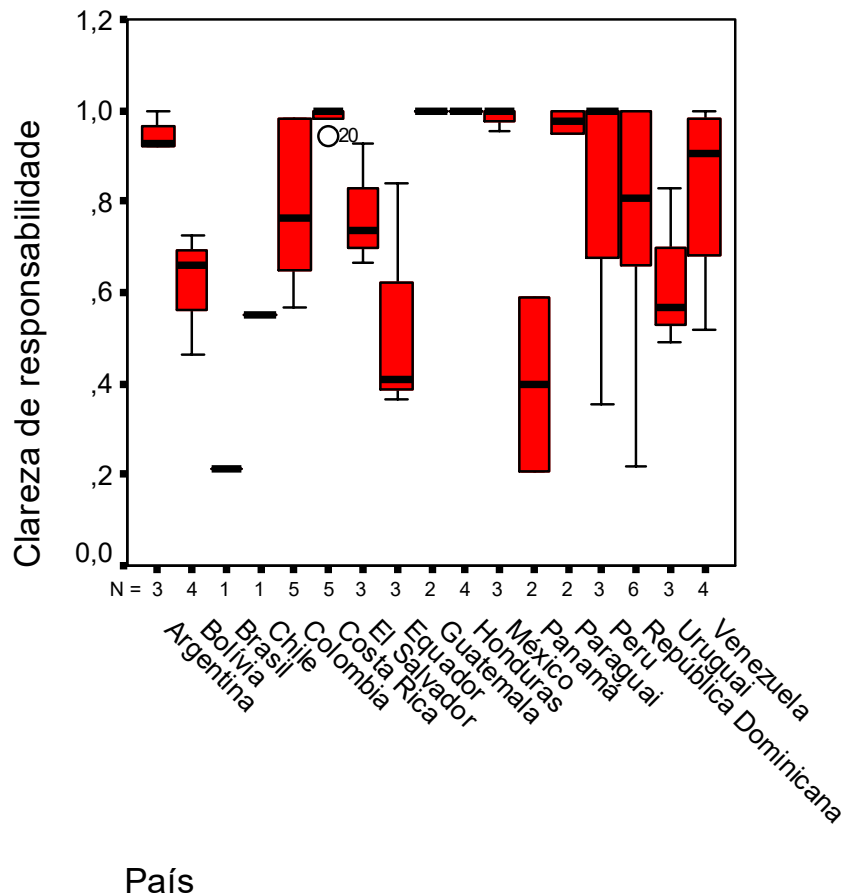
Figura 16 - Gráfico – Clareza de responsabilidade com 3 dimensões por país



Os resultados foram de alta clareza de responsabilidade em 13 dos 18 países latino americanos. Isso se deve, principalmente, ao fato de que aqueles que não tem maioria na Câmara, ou que tem um alto grau de dependência da coalizão, têm poder de decreto.

Optamos, então, por tirar o poder de decreto de nossa variável mantendo apenas o peso do partido na coalizão e o poder de maioria. Para relacionar as duas medidas multiplicamos uma pela outra, com variação entre 0 e 1, sendo 0 nenhuma clareza e 1 máxima clareza. Os resultados, apresentados na Figura 17, demonstram uma variação nos graus de responsabilização que o eleitor pode atribuir ao presidente na condução da política econômica.

Figura 17 - Gráfico – Clareza de responsabilidade com 2 dimensões por país



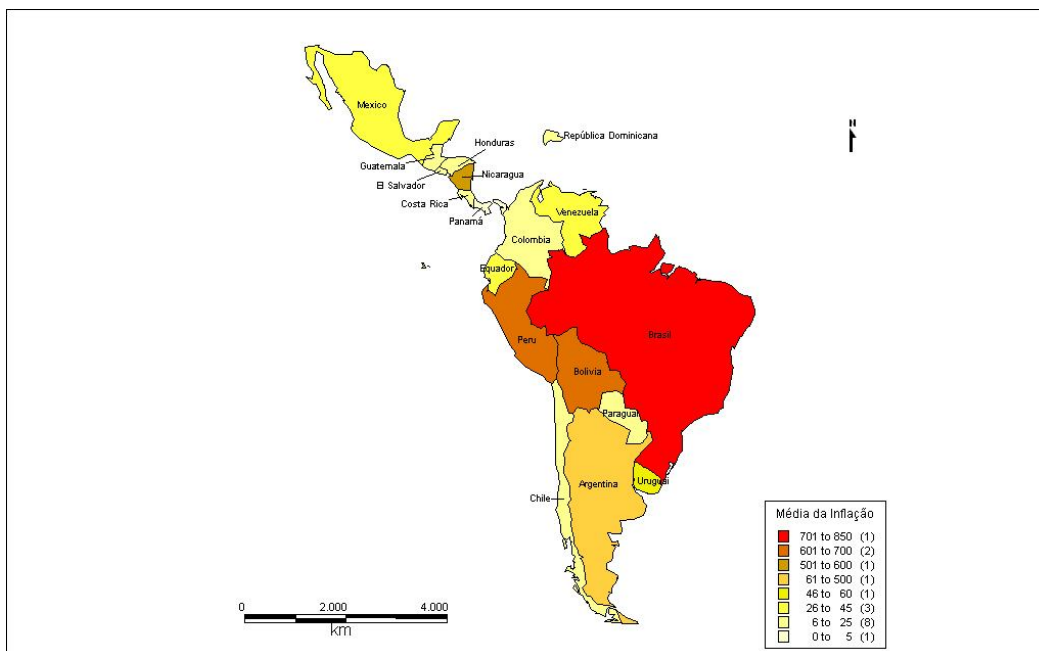
Para efeito de análise transformamos essa variável em dicotômica com mandatários com alta autonomia para implementação de políticas públicas (clareza de responsabilidade alta $>.90$) e mandatários com baixa capacidade de implementação de políticas públicas (clareza de responsabilidade baixa $<.90$).

Diferenças Econômicas

Outro fator que analisamos diz respeito às diferenças econômicas entre os países. É a partir da performance econômica do mandatário que o eleitor decidirá se irá mantê-lo ou não no cargo. Partindo de outros estudos analisaremos a performance econômica dos governantes tomando como base três variáveis-chave, a saber, o crescimento do PIB percapita, a variação da inflação e a variação do desemprego.

Das três variáveis analisadas a inflação é que apresenta maior amplitude, variando de 0,00% na Argentina (1998 a 1999) até 6615%% na Bolívia (1984 a 1985). Considerando as médias os países que tiveram menor inflação foram Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai e República Dominicana e os países com maior inflação foram Bolívia, Brasil, Nicarágua e Peru.

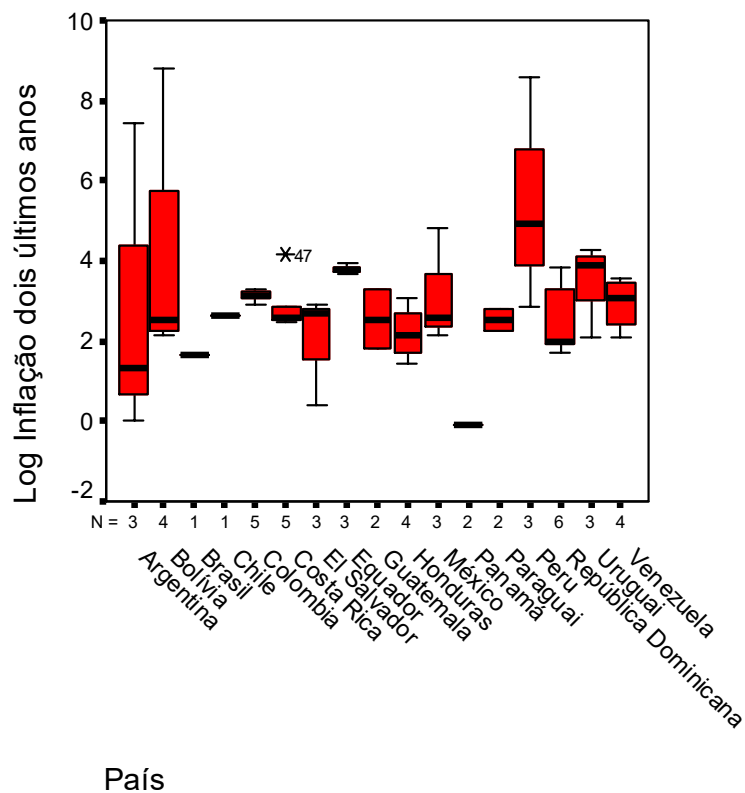
Figura 18 – Mapa – Média da inflação dois últimos anos



Fonte: *World Development Indicators* database

Dada a amplitude da variável, o número de casos influentes por causa da inflação ficou muito alto. Diante disto, optamos por transformar a variável em seu logaritmo, com isso a amplitude diminuiu, mantendo as diferenças intra e entre países.

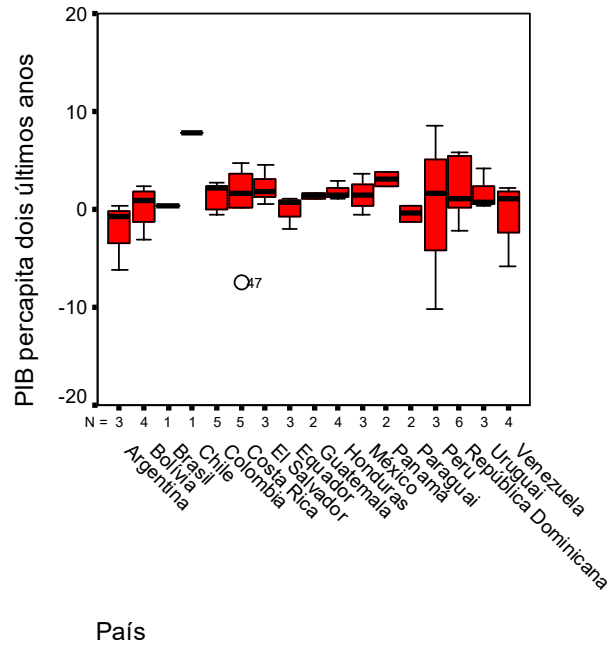
Figura 19 - Gráfico – Log inflação nos dois últimos anos



Fonte: *World Development Indicators* database

A segunda variável comumente analisada pela literatura na relação entre economia e voto é o crescimento do PIB per capita. Nos dezoito países analisados, entre os anos 1980 e 2000, a amplitude foi de -10,2 no Peru nos de 1989/90 até o crescimento de 8,5% no próprio Peru em 1994/95. Em alguns países os resultados foram negativos ou menores que a média do continente, que foi de 0,55 no período. (ver Figura 20)

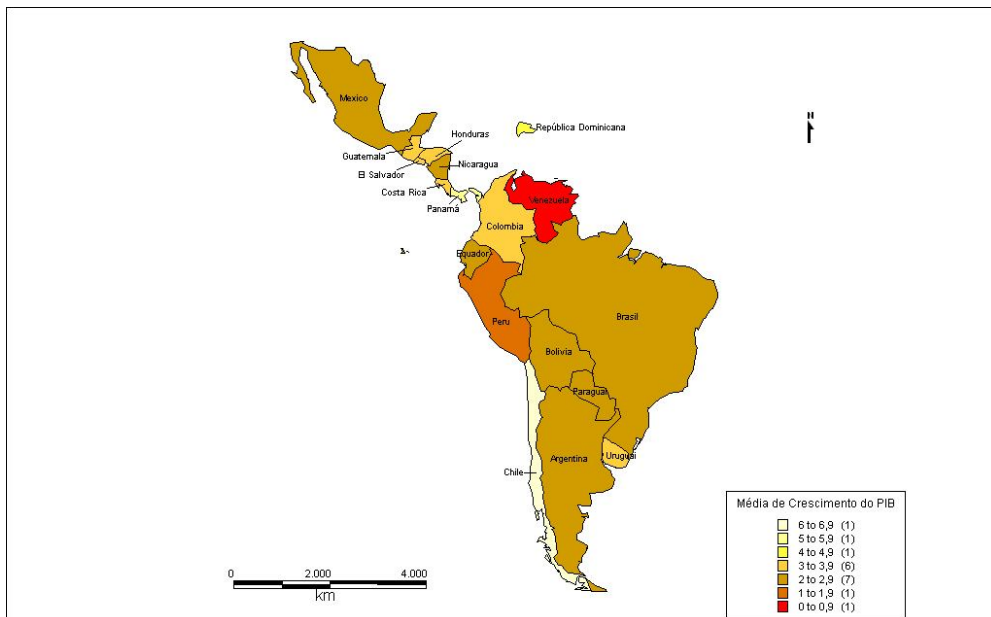
Figura 20 - Gráfico - Crescimento do PIB percapita nos 2 últimos anos de mandato



Fonte: *World Development Indicators database*

Analisando apenas a média de cada país, podemos verificar aqueles que tiveram melhor e pior desempenho. Destacam-se no quesito crescimento econômico per capita, o Chile e o Panamá com um crescimento médio no período acima de 6% e, por outro lado, o país que menos cresceu no período foi a Venezuela, com um crescimento médio abaixo de 1%.

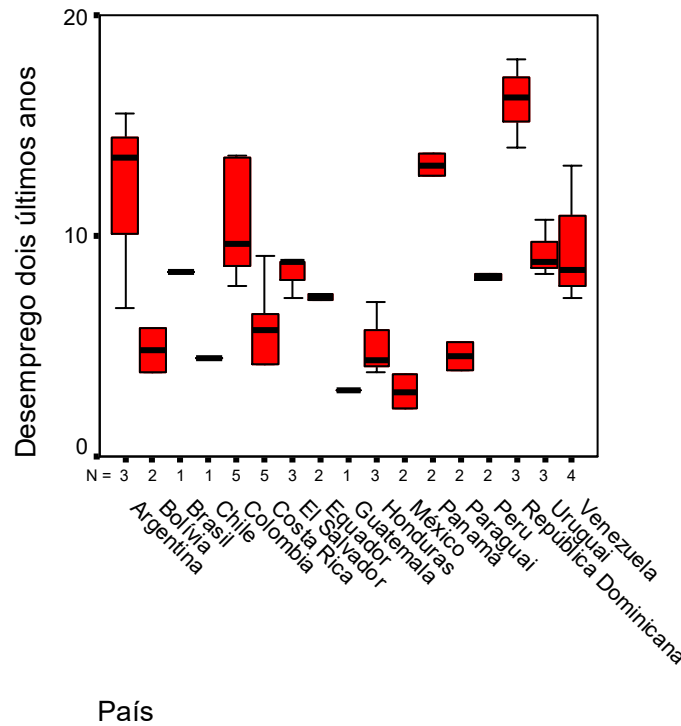
Figura 21 – Média do crescimento do PIB percapita



Fonte: *World Development Indicators database*

O terceiro indicador da economia é o desemprego: sua variação foi de 2,2% no México em 1999/00 até 18% na República Dominicana entre os anos de 1993/94. Essa é a variável que mais discrimina os países, sua amplitude é pequena, mas a variação entre os países é grande.

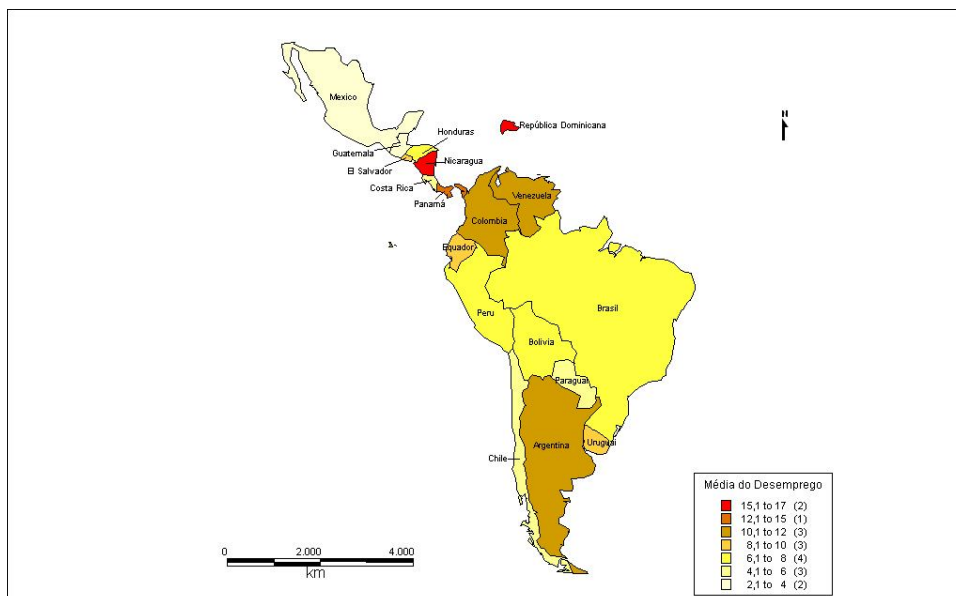
Figura 22 – Gráfico - Média do desemprego nos dois últimos anos



Fonte: *World Development Indicators* database

Comparando as médias ao longo do tempo podemos verificar que menores índices de desemprego estão no México e na Guatemala e os maiores, na Nicarágua e República Dominicana.

Figura 23 – Mapa - Média do desemprego nos dois últimos anos



Fonte: *World Development Indicators* database

Alguns países do continente passaram por severas crises econômicas nos anos 80 e 90 (Equador, Paraguai e Nicarágua) enquanto outros tiveram um próspero desempenho econômico ou pelo menos estável (Chile, Panamá e República Dominicana). Temos como objetivo corroborar a hipótese de que, devido à recorrência de crises econômicas, o eleitor tem seu comportamento moldado principalmente pela avaliação que faz da atuação do governante em relação à economia.

Assim, o comportamento do eleitor latino-americano é diferente do comportamento de eleitores residentes em países ou continentes menos susceptíveis às crises econômicas. Nos países onde as questões econômicas estão mais resolvidas, a agenda política e, conseqüentemente, o comportamento eleitoral passam a ser guiados por outras questões além do próprio bolso do eleitor.

Passemos agora, a análise do comportamento do eleitor latino americano à luz das teorias sobre discutidas até então.

Hip 1 – Resposta do eleitor ao desempenho econômico do presidente. (Kramer, 1971).

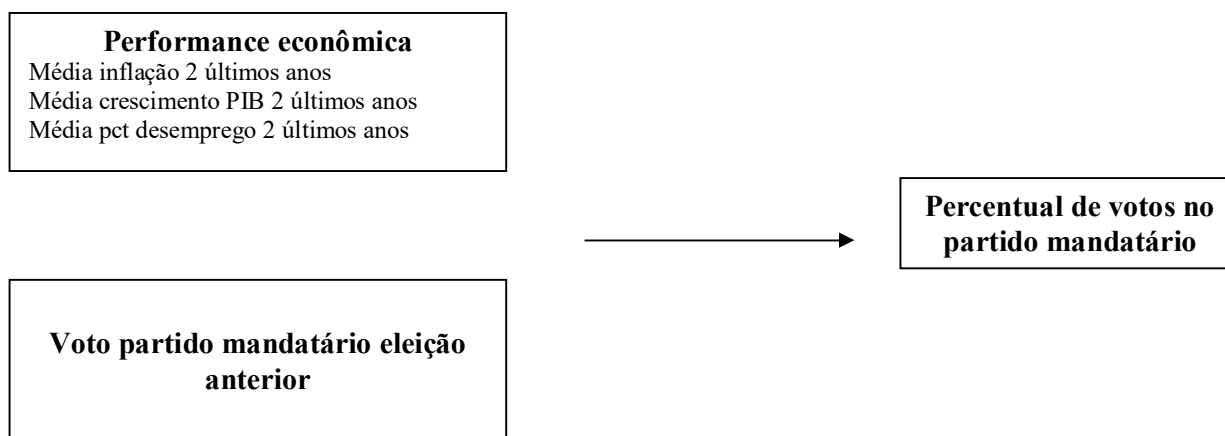
Gerald Kramer (1971) foi o primeiro a analisar o comportamento do eleitor à luz de indicadores macro econômicos. Em seu modelo o autor encontrou, como variáveis mais significativas no comportamento do eleitor, o PIB percapta, o índice de custo de vida e o salário real; a variável desemprego constava no modelo, mas não apresentou efeito significativo.

Vinte e dois anos mais tarde, Powell & Whitten (1993) analisam os ganhos ou perdas, em percentuais, do partido mandatário nas eleições legislativas em 19 democracias industrializadas, no período compreendido entre 1969 e 1988. Levaram em consideração a performance econômica medida através da inflação, o desemprego e o crescimento do PIB, mas não encontraram resultados significativos.

Iremos replicar a análise de Powell & Whitten incorporando em nosso universo analisado (18 democracias latino americanas) as mesmas variáveis dependentes e independentes utilizadas pelos autores.

O modelo se encontra abaixo:

Figura 24 – Modelo – Performance econômica e apoio aos governantes



Eq. Modelo 1: $propVoto = \beta_0 + \beta_1 lag(voto) + \beta_2 pib + \beta_3 \log(inf) + \beta_4 desemprego + \varepsilon$

Eq. Modelo 2: $propVoto = \beta_0 + \beta_1 lag(voto) + \beta_2 pib + \beta_3 \log(inf) + \varepsilon$

Eq. Modelo 3: $propVoto = \beta_0 + \beta_1 lag(voto) + \beta_2 \log(inf) + \varepsilon$

Variável independente	Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3	
	Parâmetro Estimado	Erro padrão	Parâmetro Estimado	Erro padrão	Parâmetro Estimado	Erro padrão
(Constant)	15,877	8,892	6,480	6,157	6,140	5,792
PIB percapita dois últimos anos	-,004	,505	-,085	,483		
Desemprego dois últimos anos	-,769*	,381				
Log Inflação dois últimos anos	-3,155*	1,140	-3,237**	,911	-3,148**	,755
Proporção votos mandatário t-1	,787	,137	,848**	,116	,848**	,115
Número de casos	42		52		52	
R Square	,569		,580		,579	
Adjusted R Square	,524		,554		,563	
F	12,544**		22,533**		34,452**	

a Variável Dependente: Proporção votos mandatário t1

b Variáveis independentes:

Proporção de votos mandatário t-1: Proporção de votos obtidos pelo partido do mandatário na eleição anterior.

PIB percapita dois últimos anos de mandato: Taxa de crescimento de porcentagem anual do Produto Interno Bruto baseado em moeda corrente local constante. - Média dos dois últimos anos.

Log Inflação dois últimos anos : Reflete a mudança de porcentagem anual no custo para o consumidor médio de adquirir uma cesta fixa de bens e serviços. Média dos dois últimos anos

Desemprego dois últimos anos: Desemprego (% de força de trabalho total): Desemprego se refere a parte da força de trabalho que está sem trabalho porém buscando emprego. Média dos dois últimos anos.

* $p < .05$; ** $p < .01$

Modelo 1

Nossos resultados apresentam semelhanças e diferenças em relação aos reportados por Powell e Whitten que utilizaram um grupo diferente de países. Os resultados do Modelo 1 demonstram que a variação da inflação e desemprego estão na direção correta, ou seja, quando diminui-se a inflação e/ou diminui-se o desemprego aumenta o apoio do eleitor ao mandatário. O coeficiente do PIB per capita ficou na direção negativa, ao contrário do esperado, porém não foi significativo.

A principal diferença entre nossos achados e os de Pawell & Whitten se referem à força dos coeficientes. O desempenho do governante em relação à inflação e ao desemprego tem impacto na decisão do eleitor de punir ou premiar aquele governante. Além disso, o Modelo 1 é significativo ao nível de 0,01 rejeitando, com isso, a hipótese de não associação entre as variáveis econômicas e o resultado das eleições.

Visto o efeito significativo da inflação e do desemprego é necessário repensar a estrutura explicativa do modelo e da construção das variáveis. Questionamos aqui o uso da variável desemprego. Esta variável é composta pela parte da força de trabalho que está sem trabalho e procurando emprego. A questão é que nesta definição estão implicados dois conceitos: força de trabalho e procurando emprego. Estes quesitos variam de país para país e, às vezes, até mesmo dentro do próprio país⁵. Além disso, há uma ausência de informação sobre essa variável para 10 das 52 eleições analisadas. Neste contexto, para as nossas próximas análises, optamos por excluir esta variável.

Outra variável que merece ser analisada é a inflação, pois esta variável pode ser influenciada pela ideologia do mandatário. É de se esperar que governos de esquerda estejam mais preocupados com a contenção do desemprego e que governos de direita estejam mais preocupados com a contenção da inflação. Porém, Borsani (2003) demonstra que, para a América Latina, a contenção da inflação tem sido uma preocupação constante de eleitores e governantes independente da orientação ideológica. Diante deste quadro, a variável inflação permanece em nossas próximas análises.

O crescimento do PIB percapita também permanecerá em nossos próximos modelos. O próprio Borsani argumenta as dificuldades teóricas para associar as variações do PIB com a ideologia partidária, pois o aumento da atividade produtiva é igualmente prioritário para todos os governos (Borsani, 2003, p194).

Modelo 2

Passemos à análise do Modelo 2.

⁵ Para exemplos de variação da taxa num mesmo país ver as diferenças do índices do IBGE e DIEESE.

Neste Modelo, a significância de F permanece em .001 demonstrando que o modelo é adequado para descrever a relação. Quando retiramos a variável desemprego, os coeficientes continuam na mesma direção: à medida que a inflação diminui, aumenta-se em 3,2% os votos no mandatário (significativo ao nível de 0.01), já a variação PIB caminha na direção oposta ao esperado, mas sem significância estatística. A novidade foi a ganho de poder explicativo de nossa variável controle do voto do mandatário na eleição anterior, com sinal positivo, demonstrando que eleitores da América Latina mais premiam do que punem seus governantes.

Modelo 3

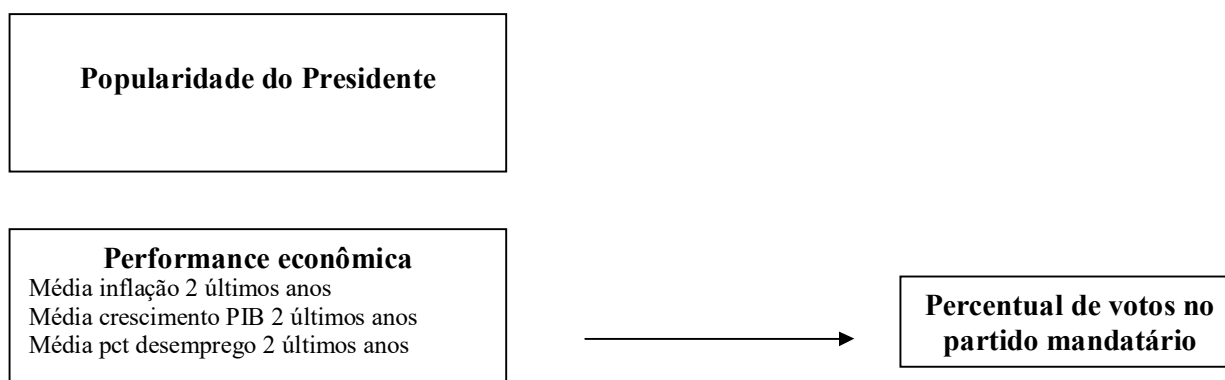
No Modelo 3 retiramos da análise o percentual de crescimento do PIB e a significância do Modelo manteve-se em 0,01 com a explicação da variação de 56% da variação da votação do partido mandatário apenas com o uso de duas variáveis: inflação e desempenho anterior. Fazendo uma análise dos coeficientes de regressão parcial: beta da inflação e beta da proporção de votos em t1, ambos significantes ao nível de 0.01, podemos concluir que a variação esperada na votação do partido mandatário aumenta em 3,14% por cada unidade de inflação diminuída e aumenta em 0,84% por cada ponto percentual na eleição anterior. Esses resultados demonstram, mais uma vez, que o eleitor latino americano mais premia do que pune seus governantes e que o principal fator levado em consideração pelo na hora de punir ou premiar é o desempenho do governante no controle dos processos inflacionários.

Hip 2: Popularidade como efeito independente e mais importante do que desempenho econômico para o eleitor (Echegaray, 1993 e 1995)

Em dois trabalhos, Echegaray, propõe a mesma hipótese ao contrastar dois modelos de comportamento eleitoral diferentes para os eleitores da América Latina. Seriam os eleitores da América Latina movidos mais por questões econômicas ou seriam eles movidos mais por questões subjetivas.

O modelo proposto pelo autor pode ser resumido na Figura 27

Figura 25 – Modelo – Comportamento eleitoral (Echegaray)



Voto partido mandatário eleição anterior

Em sua análise de 30 eleições em 15 países, o autor concluiu que a avaliação do desempenho do presidente, mais do que qualquer experiência econômica específica é o que emerge como o melhor preditor do quão bem o candidato da situação se sairá na eleição. Nas eleições presidenciais ocorridas na América Latina entre 1982 e 1994, a popularidade presidencial exerceu um impacto maior e estatisticamente significativo em comparação com as variáveis econômicas examinadas.

Para replicar os estudos de Echegaray estudamos buscamos informações sobre a popularidade do presidente com a intenção de contrastar com nossos resultados que, até então, tem demonstrado uma grande relação entre a variação da inflação e voto no partido mandatário.

A tabela seguinte demonstra a aprovação de cada presidente bem como a fonte da coleta da informação sobre a popularidade.

Figura 26 - Tabela - Popularidade dos presidentes

País (Mes/ano da eleição)	Popularidade	Fonte
Argentina (5/1989)	44	Catterberg, 1991
Argentina (5/1995)	42	Romer&Asocs.
Argentina (5/1999)	31	Romer&Asocs.
Bolivia (6/1993)	21	Encuestas&Estudios
Brasil (10/1994)	40	Datafolha
Brasil (10/1998)	35	Fonte Pesquisa
Chile (12/1993)	58	CEP-Adimark
Colômbia (5/1982)	48	CNC
Colômbia (5/1986)	13	CNC
Colômbia (5/1990)	51	Bendixen-Law
Colômbia (5/1994)	54	CNC
Costa Rica (2/1982)	4	CID/Gallup
Costa Rica (2/1986)	51	CID/Gallup
Costa Rica (2/1990)	75	CID/Gallup
Costa Rica (2/1994)	33	CID/Gallup
Rep. Domin. (5/1994)	43	Hamilton&Asocs.
Equador (6/1984)	10	CEDATOS
Equador (1/1988)	18	CEDATOS
Equador (5/1992)	15	CEDATOS
El Salvador(3/1989)	32	CID/Gallup
El Salvador(3/1994)	50	CID/Gallup
Guatemala 11/1990)	21	CID/Gallup
Honduras (11/1985)	56	Belden&Russonello
Honduras (11/1989)	35	CID/Gallup
Honduras (11/1993)	53	CID/Gallup
México (7/1988)	32	IMOP/Gallup
México (8/1994)	64	Asesoria Tecnica
Panamá (5/1994)	22	CID/Gallup
Peru (4/1985)	7	Bendixen-Law
Peru (4/1990)	19	Apoyo
Peru (4/1995)	66	Apoyo
Uruguai (11/1989)	13	Equipos Consultores
Uruguai (11/1994)	29	Equipos consultores
Venezuela(12/1983)	14	Batoba Survey

Venezuela(12/1988) 30 Carrasquero,1995
 Venezuela(12/1993) 14 Carrasquero,1995
 Fonte: Para coleta destes dados foram utilizados três matrizes diferentes: Coleta de dados do Hopper Center; Tese de doutoramento de Echegaray (1999), Dissertação de mestrado de Camargos (1999).

O trabalho do Echegaray reuniu uma grande quantidade de dados sobre as eleições nos 15 países analisados, porém, a principal conclusão do autor, a saber, o melhor preditor do voto é a avaliação que o eleitor faz da economia, não tem validade.

Para demonstrar que a popularidade do presidente não é uma variável explicativa e sim mediadora no processo de escolha dos candidatos, mostramos primeiro a alta correção entre esta variável e as variáveis de desempenho político.

Figura 27 – Tabela - Correlação bivariada entre popularidade e variáveis políticas e econômicas

	Popularidade presidencial	Pearson Correlation	Sig. (2-tailed)	N
Desemprego dois últimos anos		-,198	,303	29
PIB percapita dois últimos anos		,399(*)	,021	33
Log Inflação dois últimos anos		-,314	,075	33
Proporção votos mandatário t1		,672(**)	,000	33
Proporção votos mandatário t_1		,419(*)	,015	33

* Correlação é significativa ao nível de 0.05 (2-tailed).

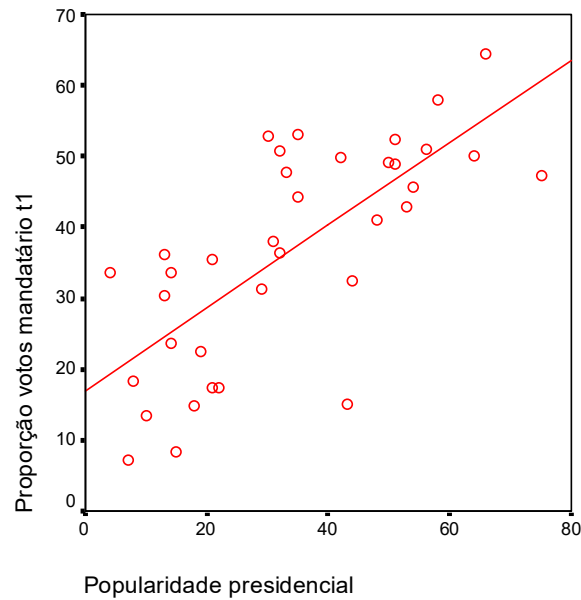
** Correlação é significativa ao nível de 0.01 (2-tailed).

Utilizar, em modelo de regressão, essas variáveis correlacionadas iguais estão (popularidade e PIB, 0.399; popularidade e proporção de votos no mandatário no tempo anterior, 0,419) certamente vai violar um dos pressupostos da regressão que é o da independência linear das variáveis explicativas. Essas variáveis juntas em um modelo explicativo, geram problemas de multicolinearidade o que altera os estimadores.

Por outro lado, para que nossa explicação da causalidade do modelo seja válida, ou seja, que avaliação do presidente é uma variável mediadora e não explicativa do voto no partido mandatário, construímos o diagrama de dispersão para verificar a associação entre as duas variáveis.

A análise da Figura 28 demonstra a forte associação positiva entre as duas variáveis. Ou seja, à medida em que se aumenta a popularidade do presidente, como era de se esperar, aumenta-se, também, a proporção de votos do mandatário. Além disso, a correlação entre as duas é de .690, significativa ao nível de 0.01.

Figura 28 – Gráfico – Diagrama de dispersão; Popularidade e Voto Incumbente



É lógico pensar que a popularidade presidencial assim como a definição do voto nas urnas é resultado de um processo de escolha do eleitor. Cada cidadão avalia o governo e depois decide se vai premiá-lo ou puni-lo nas urnas. Sabemos também que a popularidade, assim como a definição do processo de escolha do candidato não se reduz a questões econômicas como vimos anteriormente. Porém, comparar as duas dimensões (econômica versus popularidade presidencial) não nos parece adequado. Mais inadequado ainda é, a partir desta comparação de dimensões, concluir que o eleitor latino americano é movido mais por questões outras que não a performance do presidente economia.

Hip 3 : Interveniência da Clareza de Responsabilidade na premiação por parte do eleitor ao desempenho econômico do presidente.

A interveniência da clareza de responsabilidade na premiação por parte do eleitor ao desempenho econômico do presidente foi proposta por Lewis-Beck (1998) e Powell e Whitten (1993). Os autores testaram e corroboraram a hipótese de que onde há mais capacidade do executivo de implementar suas políticas ele é mais responsabilizado pelos eleitores por seu desempenho econômico.

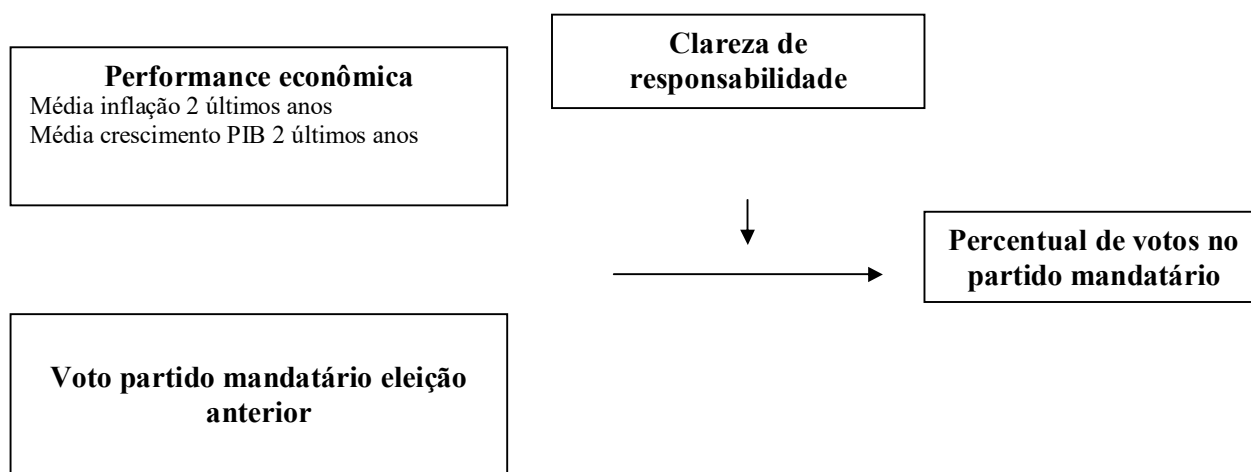
A necessidade de inserção de novas variáveis que possam intermediar a relação entre economia e voto veio a partir das constatações, em estudos comparados, que a relação em muitos dos casos parecia não se sustentar (Paldam, 1991).

Para fazer nossa análise utilizamos a variável clareza de responsabilidade de forma dicotômica (mais e menos clareza). Nós dividimos os casos em dois grupos distintos países com mais clareza e

menos clareza de responsabilidade. Com isso conseguimos mostrar separadamente os resultados para países com mais com menos clareza de responsabilidade.

Nós esperamos que na coluna da esquerda de cada Modelo (países com menor clareza de responsabilidade), os coeficientes serão mais fracos ou até mesmo insignificantes. Por outro lado, os coeficientes da direita de cada Modelo (países com maior clareza de responsabilidade) os coeficientes sejam mais fortes, significativos e na direção correta. Ou seja, quando a inflação diminui o mandatário é premiado nas urnas e, quando aumenta, é punido. Já o crescimento do PIB terá que ter uma associação positiva com o voto no mandatário: à medida que se aumenta o PIB aumenta-se também o voto no mandatário.

Figura 29 – Modelo – Performance econômica e apoio aos governantes mediados pela clareza de responsabilidade



Eq. Modelos 4: $propVoto = \beta_0 + \beta_1 lag(voto) + \beta_2 pib + \beta_3 \log(inf) + \varepsilon$

Eq. Modelos 5: $propVoto = \beta_0 + \beta_1 lag(voto) + \beta_3 \log(inf) + \varepsilon$

	Modelo 4				Modelo 5			
	Menos Clareza		Mais Clareza		Menos Clareza		Mais Clareza	
	Parâmetro Estimado	Erro padrão	Parâmetro Estimado	Erro padrão	Parâmetro Estimado	Erro padrão	Parâmetro Estimado	Erro padrão
(Constant)	-3,252	8,692	18,989	11,450	-3,358	8,306	18,381	11,127
PIB percapita dois últimos anos	-,042	,705	-,254	,720				
Log Inflação dois últimos anos	-2,187	1,221	-4,039**	1,438	-2,159	1,106	-3,702**	1,055
Proporção votos mandatário t-1	1,009**	,183	,660**	,218	1,008**	,178	,650**	,212
Número de casos	23		28		23		28	
R Square	,650		,598		,650		,421	
Adjusted R Square	,424		,355		,617		,376	
F	12,390**		6,130**		19,510**		9,451**	

a Variável Dependente: Proporção votos mandatário t1

b Variáveis independentes:

Proporção de votos mandatário t-1: Proporção de votos obtidos pelo partido do mandatário na eleição anterior.

PIB percapita dois últimos anos de mandato: Taxa de crescimento de porcentagem anual do Produto Interno Bruto baseado em moeda corrente local constante. - Média dos dois últimos anos.

Log Inflação dois últimos anos : Reflete a mudança de porcentagem anual no custo para o consumidor médio de adquirir uma cesta fixa de bens e serviços. Média dos dois últimos anos

* $p < .05$; ** $p < .01$

Começando, no Modelo 3, com os resultados das variáveis econômicas, nós primeiro iremos analisar o crescimento do PIB per capita. Tanto na primeira coluna, onde estão os países com menor clareza de responsabilidade, quanto na segunda, onde estão os países com maior clareza de responsabilidade, os coeficientes não são significativos e na direção inversa ao esperado.

A principal diferença com relação à clareza de responsabilidade está relacionada aos resultados da variável inflação. Onde existem governos de minoria, ou seja, com baixa clareza de responsabilidade, os coeficientes são na direção correta, porém não são significativos. Já nos governos de maioria, com alta clareza de responsabilidade, os coeficientes são na direção correta e significantes ao nível de 0.01.

No Modelo 5, retiramos a variável crescimento do PIB percapita e os resultados foram os mesmos do Modelo 4. Onde há menos clareza de responsabilidade, a variação da inflação não está relacionada, apresentando confiança estatística de 95% com o voto no mandatário. Já na coluna de maior clareza de responsabilidade, a diminuição de um ponto na variável inflação implica no aumento de 3,7% dos votos do mandatário.

Podemos concluir então ao analisar os dois Modelos, que os efeitos da economia na determinação da ação do eleitorado em relação ao governo atual é maior nos países onde há mais clareza de responsabilidade, ou seja, onde os governos têm mais capacidade de implementar suas políticas o eleitor é mais capaz de puni-lo ou premiá-lo em função de seu desempenho principalmente no controle da inflação.

Hip 4: Efeito da recorrência de crise na sensibilidade do eleitor em relação ao desempenho econômico.

Na mesma busca de situações nas quais os efeitos das variáveis econômicas na determinação do comportamento do eleitor ao punir ou premiar o mandatário, buscamos propor um nova vertente explicativa.

A recorrência de crise altera a sensibilidade do eleitor em relação ao desempenho econômico: onde há crises recorrentes, a relação entre economia e voto é mais forte do que em países onde as crises são eventuais.

Vários autores como Remmer(1993) e Echegaray (1993), referem-se à América Latina como sendo uma região constantemente submetida a crises econômicas e que estas crises geram conseqüências políticas e comportamentais nos indivíduos.

É verdade que, ao analisar a série histórica, entre 1979 e 2000 do crescimento do PIB per capita dos países latino americanos, todos passaram por, pelo menos, um ano com retração econômica. Porém, ter retrações eventuais não quer dizer crise e, muito menos, crises constantes.

Neste processo, nosso primeiro passo foi construir um indicador capaz de mensurar a recorrência ou não de crises.

O conceito que buscamos medir é o impacto que viver constantemente em crise gera sobre a maneira de o eleitor premiar ou punir os governantes. Queremos aqui traçar um paralelo entre o eleitor latino americano e europeu.

Nosso propósito aqui é separar os países da América Latina entre aqueles que passam o maior tempo sob crises daqueles que passam menor tempo ou pouco tempo presenciando crises econômicas. Para construção desse indicador demos os seguintes passos:

1. Cálculo da média do crescimento do PIB ano a ano para todos os países que constam em nossa análise. A média encontrada foi de 0,55% ano.
2. Classificar o crescimento do PIB percapta de cada país como estando acima ou abaixo da média
3. Cálculo da média de anos que cada país teve o crescimento menor do que a média dos países latino-americanos (9,1 anos em 22).
4. Construção de uma variável dicotômica que classifica os países como aqueles que tiveram mais de 9 anos em crise como “país com crise recorrente” e aqueles que tiveram menos de 9 anos de crise como país de crises extemporâneas.

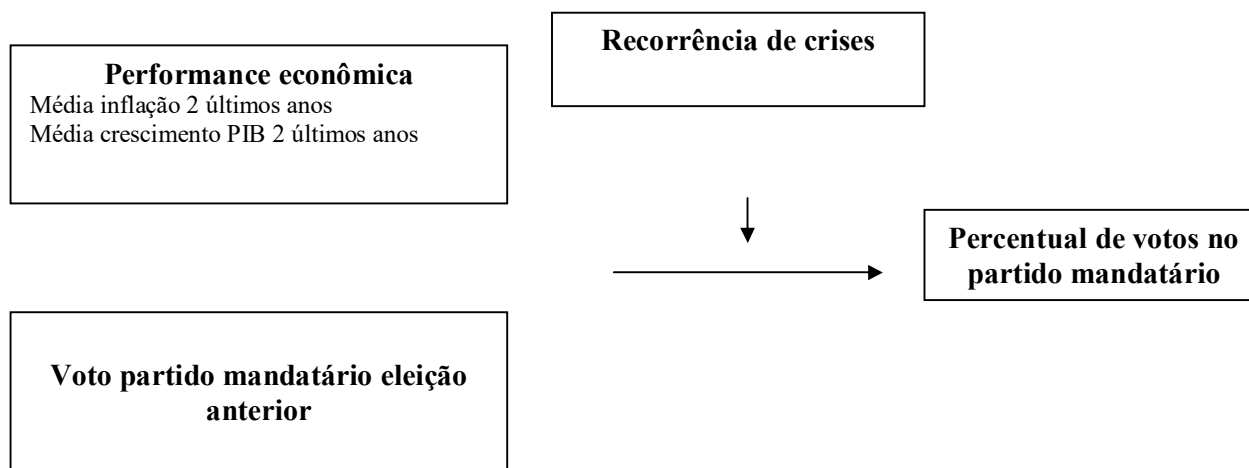
Os resultados se encontram no quadro abaixo:

Figura 30 – Quadro – Países da América Latina e a recorrência de crises

Não recorrência de crise	Recorrência de crise
Chile	Argentina
Colômbia	Bolívia
El Salvador	Brasil
Guatemala	Costa Rica
México	Equador
República Dominicana	Honduras
Uruguai	Paraguai
	Peru
	Venezuela

Assim, como no teste de nossa terceira hipótese, esperamos que na coluna da esquerda de cada modelo (países que não tem recorrência de crise) os coeficientes serão mais fracos ou até mesmo insignificantes. Por outro lado, os coeficientes da direita de cada modelo (países com recorrência de crises) os coeficientes sejam mais fortes, significativos e na direção correta.

Figura 31 – Modelo – Performance econômica e apoio aos governantes mediados pela recorrência de crises



Eq. 1: Modelos 1: $propVoto = \beta_0 + \beta_1 lag(voto) + \beta_2 pib + \beta_3 \log(inf) + \varepsilon$

Eq. 2: Modelos 2: $propVoto = \beta_0 + \beta_1 lag(voto) + \beta_3 \log(inf) + \varepsilon$

	Modelo 6				Modelo 7			
	Não recorrência de crise		Recorrência de crise		Não recorrência de crise		Recorrência de crise	
	Parâmetro Estimado	Erro padrão	Parâmetro Estimado	Erro padrão	Parâmetro Estimado	Erro padrão	Parâmetro Estimado	Erro padrão
(Constant)	-3,417	8,691	13,393	8,960				
PIB percapita dois últimos anos	-,200	,783	-,105	,703				
Log Inflação dois últimos anos	-3,131	1,841	-3,608**	1,197	-2,961	1,677	-3,503**	,952
Proporção votos mandatário t-1	1,057**	,199	,729**	,160	1,052**	,193	,731**	,156
Número de casos	23		28		23		28	
R Square	,590		,600		,589		,599	
Adjusted R Square	,529		,552		,550		,569	
F	9,613**		12,484**		15,057**		19,446**	

a Variável Dependente: Proporção votos mandatário t1

b Variáveis independentes:

Proporção de votos mandatário t-1: Proporção de votos obtidos pelo partido do mandatário na eleição anterior.

PIB percapita dois últimos anos de mandato: Taxa de crescimento de porcentagem anual do Produto Interno Bruto baseado em moeda corrente local constante. - Média dos dois últimos anos.

Log Inflação dois últimos anos : Reflete a mudança de porcentagem anual no custo para o consumidor médio de adquirir uma cesta fixa de bens e serviços. Média dos dois últimos anos

*p< .05; **p< .01

Os modelos são todos significativos ao nível de confiança de 0,01, demonstrando que são adequados para descrever as relações entre desempenho econômico e voto no mandatário. Porém, existem diferenças relevantes entre os modelos nos coeficientes de cada variável explicativa.

Nas colunas da esquerda de cada modelo, onde estão os países que não passam por crises recorrentes, a única variável significativa é o apoio ao mandatário na eleição anterior. Já nas colunas da direita, onde estão os países que passam por crises recorrentes, a variação inflação além da proporção de votos no mandatário, também têm impacto significativo na quantidade de votos do mandatário. A diminuição de uma unidade na variável inflação gera um incremento de 3,6% nos votos do mandatário.

No Modelo mais parcimonioso, de número 7, os resultados são praticamente os mesmos dos do modelo 6, com pequenas variações.

No Modelo 7, a diminuição de uma unidade na variável inflação faz gera um incremento de 3,5% e não de 3,6% nos votos do mandatário. Além disso, a variação explicada nos votos do mandatário é de 56% e não 52% como no modelo anterior.

Esses resultados nos permitem afirmar que os efeitos da economia na determinação da ação do eleitorado em relação ao governo atual é maior nos países onde há recorrência de crise, ou seja, onde os eleitores estão mais sujeitos a variações na economia eles dão mais atenção a performance em relação ao controle da inflação do que em países onde as crises são extemporâneas.

Considerações finais

Para conclusão deste artigo gostaríamos de apontar algumas possíveis questões na relação entre o desempenho econômico e o voto.

A primeira delas se refere a falta de informação sobre a real percepção do eleitor sobre a economia. Não sabemos se a avaliação/percepção do eleitor sobre a performance econômica do mandatário é a mesma expressa por indicadores macro-econômicos. Para melhor compreender essa questão seria necessário fazer análises com dados de surveys que mensurassem estas questões porém são poucos os surveys que contém estes tipos de perguntas.

A segunda questão é a ausência de informações prospectivas. Essa ausência faz supor que o eleitor age apenas como um juiz punindo ou premiando o mandatário e só depois de tomada esta decisão, escolhe entre os outros candidatos aquele que lhe parece que proporcionará um futuro melhor para si ou para o país. Essa suposição é forte e é claro que não é válida para cada eleitor no individual, mas no agregado, a capacidade explicativa dos modelos apresentados, com R quadrado ajustado em torno de 50%, é muito alta. Essa capacidade explicativa nos permite fazer inferências seguras sobre o comportamento retrospectivo e mais uma vez deixar os caminhos abertos para futuras análises prospectivas com usos de dados de surveys.

A terceira questão é a não distinção entre a situação pessoal do eleitor e a situação nacional. Vários dos estudos citados nos capítulos anteriores demonstram que nem sempre a comportamento do eleitor é guiado por questões econômicas pessoais. Na verdade, a maioria dos estudos demonstra que o eleitor é mais guiado pela avaliação que faz da economia nacional do que das avaliações de sua própria

condição econômica. Neste sentido ao dar ênfase aos dados macro-econômicos estamos na direção correta ao lidar com esta questão.

Bibliografia

- AIDT, Toke S. (2000), Economic Voting and Information . *Electoral Studies*. Vol 19, no. 2/3: 349-362.
- ALVAREZ, R. M. and NAGLER, J. (1995). Economics, Issues and Perot Candidacy: Voter Choice in the 1992 Presidential Elections. *American Journal of Political Science*. Vol. 39: 714-744.
- ALVAREZ, R. M. and NAGLER, J. (1998). Economics, Entitlements, and Social Issues: Voter Choices in the 1996 Presidential Elections. *American Journal of Political Science*. Vol. 42: 1349-1363.
- BORSANI, Hugo (2000), *Instituciones Democráticas Y Resultados Macroeconómicos em America Latina (1979-1998): Un Estudio Comparado sobre Ciclos Políticos-Económicos*. Tese de doutorado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- BORSANI, Hugo (2003) *Eleições e Economia: Instituições Políticas e Resultados Macro-econômicos na América Latina (1979-1998)*. Belo Horizonte: Editora da UFMG – Rio de Janeiro: IUPERJ.
- BUDGE e KEMAN (1990), *Parties and Democracy: Coalition Formation and Government Functioning in Twenty States*. Oxford: Oxford University Press. Citado por Paul Pennings, Hans Keman e Jan Kleinnijenhuis, *Doing Research in Political Science*. London, Sage Publications, 1999.
- BUENDIA, Jorge (1996), “Economic Reform, Public Opinion, and Presidential Approval in Mexico, 1988-1993. *Comparative Political Studies*, vol 29, n 5, october: 566-591.
- CAMARGOS, Malco B. (1999), *Do Bolso para as Urnas: A Influência de Economia na Escolha entre Fernando Henrique e Lula nas Eleições de 1998*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- CAMPBELL A., CONVERSE, P., MILLER, W. e STOKES, D (1965), *The American Voter*. New York, John Wiley & Sons.
- CANOVER, Pamela., FELDMAN, Stanley and KNIGHT, Kathleen, (1986) “Judging inflation and unemployment: the origins of retrospective evaluations”. *The Journal of Politics*. Vol 48, n 3, August: 565-588.
- DOWNS, Anthony. (1957), *An Economic Theory of Democracy*. New York, Harper & Row Publishers.
- ECHEGARAY, Fabian. (1995), “Voto Econômico ou Referendum Político? Os Determinantes das Eleições Presidenciais na América Latina, 1982-94”. *Revista Opinião Pública*. Vol. 3, n.º 2, CESOP/Unicamp. Ago.
- FIGUEIREDO, Marcus. (1991), *A Decisão do Voto: Democracia e Racionalidade*. Rio de Janeiro. Editora Sumaré.
- FIORINA, Morris (1981), *Retrospective Voting in American National Elections*. New Haven, Yale University Press.
- GUSEH, James S. (1996), "The Impact of Macroeconomic Conditions on Presidential Elections" *Political Research Quarterly*. Vol. 26, nº 2: 415-424.

- HAPPY, J. R. (1992), The Effect of Economic and Fiscal Performance on Incumbency Voting: The Canadian Case. *British Journal of Political Science*. Vol. 22, n 1, jan: 117-130.
- HELLWIG, Timothy (2001) "Interdependence, Government Constraints and Economic Voting". *The Journal of Politics*. Vol. 63. n 4: 1141-1162
- IYENGAR, S (1987), Television News and the Citizens Expectations of National Affairs. *American Political Science Review*. Vol 81: 815-832.
- KEY Jr. V. O (1966), *The Responsible Electorate: Rationality in Presidential Voting (1936-1960)*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.
- KIEWIET, Roderick D. (1983). *Macroeconomics & Micropolitics*. Chicago, The University of Chicago Press.
- KRAMER, G. H. (1971), "Short-Term Fluctuations in U. S. Voting Behavior". *APSR*. Vol. LXV, n° 1. Mar: 131-143.
- KRAMER, G.H. (1983), "The Ecological Fallacy Revisited: Aggregate versus Individual Level Findings on Economic and Elections, and Sociotropic Voting". *APSR*. Vol. 77, n 1, Mar: 92-111.
- LANOUE, David, J. (1994), "Retrospective and Prospective Voting in Presidential Year Elections" *Political Research Quarterly*. Vol. 47. Mar: 193-205.
- LEWIS-BECK, Michael (1988). *Economics and Elections: The Major Western Democracies*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- LEWIS-BECK, Michel and STEGMAIER, Mary. (2000), "Economic Determinants of Electoral Outcomes". *Annual Review Political Science*, n 3: 183-219.
- LIPSET, Seymour M e ROKKAN, Stein. (1967), *Party Systems and Voter Alignments*. New York, The Free Press.
- LOCKERBIE, B. (1991), "Prospective Economic Voting in U.S. House Elections, 1956-88". *Legislative Studies Quarterly* 16. Vol. 16: 239-261.
- LUPIA, A and MCCUBBINS, M. D.(1998), *The Democratic Dilemma. Can Citizens Learn What They Need to Know?* Cambridge: Cambridge University Press.
- MARKUS, G. (1992), The Impact of Personal and National Economic Conditions on Presidential Voting, 1956-1998. *American Journal of Political Science*. Vol. 36: 829-834.
- MENDES, Antônio M. T. e VENTURI, Gustavo. (1994), "Eleição Presidencial: O Plano Real na Sucessão de Itamar Franco". *Revista Opinião Pública*, ano 2, vol. 2, n.º 2, CESOP/Unicamp. Dez.
- MENEGUELLO, Raquel (1995), "Electoral Behavior in Brazil: The 1994 Presidential Elections". *International Social Science Journal*, n° 146, dez.
- NICOLAU, Jairo M. (1999), *Sistemas Eleitorais – Uma Introdução*. Rio de Janeiro. FGV.
- NORDHAUS, Willian (1989), Alternative Approaches to Political Business Cycles. *Brookings Papers on Economic Activity*. Vol. 2: 1-49.

- PACEK, Alexander, and RADCLIFF Benjamin (1995). "The Political Economy of Competitive Elections in the Developing World," *American Journal of Political Science*, 3: 745-759.
- PACEK, Alexander (1994), Macroeconomic Conditions and Electoral Politics in East Central Europe. *American Journal of Political Science*. Vol. 38: 723-744.
- PALDAM, Martin (1991). "How Robust is the Vote Function?" in: Helmut Norpoth et al., *Economics and Politics: The Calculus of Support*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- PALDAM, Martin e NANNESTAD, Peter (2000), "What do voters know about the economy A Study of Danish Data, 1990-1993". *Electoral Studies*. Vol. 19: 363-391.
- PENNINGS, P., KEMAN, H, e KLEINNIJENHUIS, J., (1999) *Doing Research in Political Science*. London, Sage Publications, 1999.
- POWELL, G B. and WHITTEN, G D (1993), A Cross-National Analysis of Economic Voting: Taking Account of the Political Context. *American Journal of Political Science*. Vol. 37: 391-414.
- RADCLIFF, Benjamin (1988), "Solving a puzzle; aggregate analysis and economic voting revisited". *The Journal of Politics*. Vol 50, n 2: 440-455.
- RAGIN, C. (1994), *Constructing a Social Research: The Unity and Diversity of Method*. London, Pine Forge Press.
- REIS, Fábio Wanderley (1978), *Os Partidos e o Regime: A Lógica do Processo Eleitoral Brasileiro*. São Paulo. Símbolo.
- REMMER, Karen (1991) "The Political Impact of Economic Crisis in Latin America in the 1980s". *American Political Science Review*. Vol. 85. n 3. Sep: 777-800.
- ROBERTS e WIBBELS (1999) "Party System and Electoral Volatility in Latin America. A Test of Economic, Institutional, and Structural Explanations". *American Political Science Review*. Vol. 93. n 3. Sep: 575-???
- Roberts, Kenneth M e Arce, Moisés (1998)
- ROYED, KEYDEN e BORRELLI (2000), "Is Clarity of Responsibility Important for Economic Voting? Revisiting Powell and Whitten's Hypothesis". *British Journal of Political Science*. Vol 30: 669-698.
- SANDERS, D. (2003). Party Identification, Economic Perceptions, and Voting in British General Elections, 1974-97. *Electoral Studies*. Vol. 22, n 2: 239-263.
- SANTOS, W G.(2002) *Votos e Partidos Almanaque de Dados Eleitorais: Brasil e Outros Países*. Rio de Janeiro. FGV.
- SCHEVE, Kenneth (2000) *Democracy and Globalization: Candidate Selection in Open Economies*.
- SILVEIRA, Flávio E. (1998), *A Decisão do Voto no Brasil*. Porto Alegre. Edipucrs.
- SMITH, Peter (1995), *Latin America in Comparative Perspective*. Boulder, San Francisco, Oxford. Westview Press.

- STIGLER, Gerald (1973). "General Economic Conditions and National Elections," *American Economic Review*, 63:160-167.
- SOARES, Gláucio A. D. (1961), "Classes Sociais, *Strata Social e as Eleições Presidenciais de 1960*". *Sociologia*, vol. XXIII.
- STEEL, David, HOLD, Tim. (1996), Analyzing and adjusting aggregation effects: the ecological fallacy revisited. *International Statistical Review*.
- STOKES, Suzan C. (1996), Economic Reform and Public Opinion in Peru. *Comparative Political Studies*, vol 29, n 5, october: 544-565.
- SUZUKI, Motoshi (1996), "The Rationality of Economic Voting Revisited". *The Journal of Politics*, vol 58, n 1, feb: 224-236.
- SUZUKI, Matoshi (1991) "The rationality of economic voting and the Macroeconomic Regime" *American Journal of Political Science*, Vol. 35, n 3, August: 624-642.
- TAVARES, José Antonio Giusti (1994), *Sistemas Eleitorais nas Democracias Contemporâneas: Teoria, Instituições e Estratégia*. Rio de Janeiro. Relume-dumará.
- TUFTE, Edward (1978). *Political Control of the Economy*. Princeton: Princeton University Press.
- WANTCHEKON, Leonard (1999). "Strategic Voting in Conditions of Political Instability: The 1994 Elections in El Salvador". *Comparative Political Studies*, vol 32, n 7, October: 810-834.
- WESTERN, Mark and TRANTER, Bruce (2001). Postmaterialist and Economic Voting in Austrália, 1990-98. *Australian Journal of Political Science*. Vol. 36, n 3: 439-458.
- WILKIN, S., HALLER, B and NORPOTH, H (1997), From Argentina to Zambia: a World-Wide Test of Economic Voting. *Electoral Studies*. Vol 16, n 3: 301-316.
- WITTMAN, D. A. (1995), *The Myth of Democratic Failure: Why Political Institutions are Efficient*. Chicago: Chicago University Press.
- WORLD BANK. Various Years. World Development Indicators. Waschington D. C.